

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 355**

Período: 31/10/2009 – 06/11/2009

GEDES – Brasil

- 1- Motor de aeronave militar desaparecida é resgatado
- 2- Empresas finalistas para o programa FX-2 criticam propostas concorrentes
- 3- Brasil preocupa-se com acordo militar firmado entre Colômbia e Estados Unidos
- 4- Missão de Paz no Haiti não tem previsão de término
- 5- Lei Complementar 97 pode trazer mudanças significativas para as Forças Armadas

1- Motor de aeronave militar desaparecida é resgatado

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 05/11/09 foi resgatado pela Força Aérea Brasileira (FAB) o motor da aeronave C-98 Caravan que foi obrigado a fazer um pouso forçado no Rio Ituí, estado do Amazonas no dia 29/10/09. Dos 11 tripulantes, 9 sobreviveram e 2 mortos foram encontrados. O motor será analisado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), ainda sem Prazo para conclusão do caso. A operação de resgate teve o apoio de três helicópteros H-60 BlackHawk, um avião C-105 Amazonas e várias embarcações, além de 54 militares e 1 funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai). (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/11/09*)

2- Empresas finalistas para o programa FX-2 criticam propostas concorrentes

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a subsecretária de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional dos Estado Unidos, Ellen Tauscher, falou sobre a escolha brasileira dos caças para para o programa FX-2 e afirmou que a venda do modelo F-18 da Boeing ao Brasil pode aproximar os dois governos. Alegou que seu país tem o melhor avião e a maior empresa aeroespacial do mundo e estão dispostos a concederem maior transferência de tecnologia do que estava previsto originalmente. A disputa entre os concorrentes está cada vez mais acirrada, já que se aproxima a data final para o anúncio do governo. Os EUA afirmaram também que contam com a vantagem de oferecerem um contrato à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para fazer a montagem das asas de 58 caças Super Hornet, destinados à Marinha americana, caso o Brasil opte por seus caças. Com relação à transferência de tecnologia, destacaram que os jatos franceses e suecos possuem tecnologia americana, portanto, tiveram que obter aprovação para serem vendidos ao Brasil. Em contrapartida, Bengt Janér, diretor geral da empresa sueca Saab, que fabrica o caça Gripen, alegou que sua proposta valoriza a transferência tecnológica com participação no desenvolvimento do projeto. Disse ainda que a Suécia estudará a possibilidade de adquirir entre 8 e 12 aviões KC-390 que serão produzidos pela Embraer, já que nos próximos anos a Força Aérea Sueca terá que substituir 8 aviões Hércules. O diretor também informou que a empresa se compromete a utilizar o Super Tucano brasileiro para treinar seu pessoal. O ministro da Defesa francês, Hervé Morin, conforme notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, declarou que a proposta de seu país

é uma parceria política, industrial e tecnológica e que o modelo Rafale é a melhor aeronave. Segundo Morin, a vantagem de sua transferência de tecnologia é que o Brasil poderá financiar programas de pesquisa e acompanhar o desenvolvimento do avião. O ministro ainda ironizou a proposta sueca, que oferece aviões por metade do preço, dizendo que os modelos franceses “estão voando”, ao contrário do modelo sueco que ainda se encontra em fase de projeto. Conforme noticiado pelo jornal *O Estado*, de 04/11/09, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, admitiu haver pressão por parte dos concorrentes e que espera que a disputa seja decidida “ainda este ano”. A análise técnica dos projetos está sendo realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB) e depois haverá a avaliação por parte do Alto Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa. Jobim declarou que quatro pontos serão considerados na decisão final: o aspecto operacional, a transferência de tecnologia, as compensações industriais e o preço dos aviões. Segundo a *Folha*, de 06/11/09, um dos diretores da Boeing, Michael Coggins, afirmou considerar “desonestidade intelectual” as insinuações feitas por Hervé Morin de que os americanos não irão transferir tecnologia ao Brasil. De acordo com Coggins, os franceses utilizam o “marketing do medo” contra os americanos. Em relação à transferência de tecnologia para o Brasil, afirmou que o Congresso dos Estados Unidos antecipou a discussão em seis meses e aprovou a mesma antes do fechamento do contrato. O consulado francês preferiu não se manifestar quanto aos comentários feitos. Já em relação ao modelo sueco, disse que é um avião de demonstração pequeno, leve e ruim, por isso custa mais barato. Em relação aos comentários do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de Nelson Jobim sobre a preferência aos caças Franceses, Coggins foi mais diplomático, admitindo-se surpreso, mas confiante, em sua vitória no projeto FX-2, pois para ele o Brasil tem muito mais a ganhar numa parceria estratégica com os americanos do que com os franceses. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Jânio de Freitas ressaltou a necessidade de se obter garantias especialmente em relação às restrições de terceiros (no caso, os fabricantes de peças estrangeiros, que não se encontram em território francês), bem como de que não haverá divisão de áreas internacionais para vendas. Na opinião de Freitas, o Brasil se aliou estrategicamente à França baseado em sua “preferência napoleônica”, de forma precipitada, já que ainda não havia levado em consideração questões essenciais ao acordo e que “o montante multibilionário da transação e seu projetado desdobramento, previsto para quatro vezes o gasto atual, dão ao país ao menos o direito de ser informado sobre as garantias dos negócios que se fazem à sua revelia”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/11/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/11/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/11/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/11/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/11/09)

3- Brasil preocupa-se com acordo militar firmado entre Colômbia e Estados Unidos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil está negociando um tratado de não-agressão na América do Sul – que seria um princípio básico de garantia jurídica respeitado em todos os compromissos na área de defesa entre os países da União Sul-Americana de Nações (Unasul) – a fim de solucionar o impasse provocado pelo acordo militar entre Estados Unidos e Colômbia, assinado no dia 29/10/09, que permite a instalação de bases do primeiro em território do segundo. O Brasil desconfia das garantias de que os países vizinhos não serão agredidos e o texto do documento

ênfatiza que o objetivo é auxiliar a Colômbia a “enfrentar as ameaças comuns à paz, à estabilidade, à liberdade e à democracia”, o que, segundo o Itamaraty, seria insuficiente para justificar possíveis iniciativas conjuntas dos EUA e da Colômbia contra a Venezuela, por exemplo. Com o documento, haveria uma garantia de que os países signatários não seriam alvos de possíveis ataques de Estados “vizinhos que venham a atuar em cooperação militar com países de outras regiões”. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que uma solução multilateral como essa seria uma forma de construir a confiança entre os Estados sul-americanos, dissipando medos “reais e infundados”. O jornal apontou que duas questões centrais devem ainda ser discutidas: se o novo acordo seguirá o compromisso de manter a América Latina e o Caribe como área livre de armas nucleares (Tratado de Tlatelolco, ano de 1967) e se haverá manutenção ou não da confidencialidade dos documentos do Conselho de Defesa Sul-Americano. A jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna opinativa na *Folha de S. Paulo*, ressaltou as discussões sobre o fechamento do acordo entre Estados Unidos e Colômbia e ênfaticou que o documento preliminar afirmava que as operações aéreas que partiriam da base colombiana de Palanquero seriam capazes de cobrir metade do continente americano sem paradas técnicas ou reabastecimento, o que reforçou a desconfiança do Brasil e dos países vizinhos de que o objetivo da presença norte-americana extrapolaria os limites territoriais da Colômbia, com ações não apenas contra os narcotraficantes, mas para vigilância e controle da região. Cantanhêde lembrou que o Pentágono, em texto para o Congresso, classificou as bases colombianas como “oportunidade única [...] de acesso e presença regional a um custo mínimo”, numa área cheia de “governos antiamericanos” por toda parte. Em contrapartida, o jornalista Ricardo Bonalume Neto, no mesmo periódico, afirmou que o acordo deixa evidente o respeito à soberania dos países da região e o compromisso da não-intervenção, bem como o objetivo de cooperação em ações contra as drogas e o terrorismo, mas avisou que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, se esforçará por encontrar indefinições no texto do documento. Sobre o receio dos países vizinhos em relação à Colômbia, o jornalista considerou infundado, pois o possível ataque poderia partir de bases localizadas no Caribe, sem causar transtornos diplomáticos. Bonalume ainda reforçou que o Brasil já firmou pactos semelhantes a esse com os EUA, sendo um deles preliminar, em 1941, e o documento final assinado em 1942, no contexto da II Guerra Mundial, o que significou que o Brasil permaneceu, por mais de seis meses, em um estado instável, entre paz e conflito, “com aviões e navios dos EUA realizando missões de patrulha ao longo do litoral brasileiro”. Afirmou que “como a Colômbia, o Brasil fez questão de prover a vigilância das suas bases com seus próprios soldados e permitiu a construção de prédios pelo aliado, que depois da guerra reverteram a controle brasileiro”, porém, simultaneamente, o Brasil cedeu o comando da Força Naval do Nordeste aos norte-americanos, “algo que nem os colombianos estão fazendo”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 05/11/05; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/11/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/11/09)

4- Missão de Paz no Haiti não tem previsão de término

Segundo o *Jornal do Brasil*, o Haiti permanece “extremamente frágil”, o que impossibilita a retirada das forças de paz, conforme dito pelo general brasileiro Floriano Peixoto Vieira Neto, que comanda as tropas da Organização das Nações Unidas (ONU)

na região. A missão de paz da ONU é composta por civis e militares, presidida pelo tunisiano Hédi Annabi e tem o Brasil no comando das tropas. De acordo com o general Vieira Neto, os ganhos obtidos no âmbito da segurança não correspondem ao avanço esperado no âmbito socioeconômico, o que torna a situação local muito frágil. Assim, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) não tem prazo para terminar ou alterar seu formato. O país se prepara para realizar eleições no próximo ano, o que não representaria risco para a continuidade da missão. O Brasil lidera iniciativas no país, como a construção de uma hidrelétrica, com fins militares e não diplomáticos ou civis, mas que beneficiam indiretamente a população local. No dia 30/10/09 o presidente haitiano René Préal nomeou o economista Jean Max Bellerive para o cargo de primeiro-ministro. (Jornal do Brasil – Internacional – 06/11/09)

5- Lei Complementar 97 pode trazer mudanças significativas para as Forças Armadas
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o a Lei Complementar 97, ainda em fase de projeto de lei, pode estabelecer mudanças significativas, se aprovada, para a atuação das Forças Armadas. Uma das primeiras mudanças é a de que as Forças terão poder de polícia e proteção legal para realizar operações típicas de manutenção e garantia da lei e da ordem, tais como revistar pessoas, veículos e instalações e fazer prisões em flagrante delito. A proposta tem como respaldo a Estratégia Nacional de Defesa e enfrenta uma antiga reclamação dos militares quanto à definição de suas funções durante ações repressivas, que ganharão status de “atividades militares”. Outra mudança está nos casos de eventuais incidentes, pois os responsáveis serão julgados pela Justiça Militar e não mais pela comum, como ocorre atualmente. Outra mudança seria a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que funcionaria como um reforço da subordinação do poder militar ao poder civil, pois estará no mesmo nível hierárquico dos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O texto do projeto de lei fortalece ainda a figura do ministro da Defesa, sendo que o presidente da República passaria a nomear os comandantes “por indicação” (e não apenas “ouvindo”) o ministro. Outra mudança significativa seria a transferência total do comando e administração do controle aéreo para o poder civil, apenas com o controle do setor aeroespacial sob comando militar. De acordo com o jornalista Roberto Godoy, essas mudanças refletem modernidade, contudo é preciso avaliar os riscos em operações que envolvam segurança pública, pois as regras dos códigos militares pode até contar com a Lei do Abate, que permite derrubar a tiros uma aeronave hostil. Para Godoy, a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas pode ser considerada uma ferramenta de integração dos comandos em tempo de crise ou na gestão de recursos para missões em tempo de paz. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/11/09)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online.

No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).